

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Joédson Alves/Agência Brasil



Congresso discute PLs para ampliar a proteção feminina

Sindireceita destaca projetos para a pauta feminina

Em meio às celebrações da Semana da Mulher de 2026, o Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) divulgou um levantamento sobre os principais projetos de lei em análise no Congresso Nacional voltados à pauta feminina. As propostas abrangem desde o combate à violência até iniciativas de autonomia econômica e valorização do trabalho de cuidado. Dados do Atlas da Violência 2025, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública trazem um panorama aterrador: 1.568 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2025, uma alta de 4,7% ante 2024. O atlas aponta que 5,4% das mulheres foram mortas pelo parceiro íntimo.

Atlas mostra números aterrores

O Atlas da Violência publicado pelo Sindireceita mostra que desde a promulgação da Lei do Feminicídio em março de 2015, 13.703 mulheres foram mortas. Amapá, São Paulo e Rondônia apresentaram alta no índice de feminicídios de 2021 a 2025. Sendo 120,3% (AP), 96,4% (SP) e 53,8% (RO). A lei 13.104 alterou o Código Penal para incluir a morte de mulheres motivado por menosprezo, discriminação ou violência doméstica/familiar como qualificadora do homicídio.

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Em 2025, 1.548 vítimas foram mortas por serem mulheres

Violência contra a mulher

O enfrentamento à violência é prioridade. Entre os projetos, destacam-se a tipificação da misoginia digital (PL 6733/2025), o endurecimento das penas para crimes virtuais (PL 1033/2025) e a criação do Auxílio Recomeço, benefício emergencial para mulheres em situação de vulnerabilidade (PL 5835/2025). Também estão em debate medidas como a obrigatoriedade de síndicos comunicarem indícios de violência doméstica (PL 6922/2025) e a perda automática de cargo para agentes públicos condenados por assédio sexual (PL 6849/2025).

Autonomia econômica e trabalho

A pauta econômica busca reduzir barreiras financeiras e valorizar a economia do cuidado, explica o Sindireceita. Entre as propostas, estão incentivos fiscais (PL 7023/2025), adicional na aposentadoria para mulheres que se dedicaram integralmente ao cuidado dos filhos (PL 6841/2025) e redução de taxas bancárias para chefes de família inscritas no CadÚnico (PL 6956/2025).

Saúde e social

Na área social, pontua o Sindireceita, o destaque é a tipificação do crime de abandono à gestante (PL 6870/2025) e a exigência de estratégias de proteção para mulheres negras, indígenas e com deficiência (PL 6603/2025). Outro projeto (PL 6675/2025) assegura matrícula prioritária em escolas próximas à casa da vítima.

Perspectivas

A bancada feminina do Congresso definiu como prioridade a implementação do Orçamento Sensível ao Gênero, que direciona recursos públicos para reduzir desigualdades. Além disso, a recente lei que obriga a publicação de relatórios bienais sobre a situação da mulher no Brasil deve servir de base técnica para futuras legislações.

Proteção

O Sindireceita destaca uma frase da bancada feminina no Congresso: “A pauta feminina não é apenas uma questão de direitos humanos, mas um pilar central para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Em 2026, o foco está na proteção digital e na valorização do trabalho de cuidado”.

Alta de 34%

O Brasil teve 6.904 casos consumados e tentados de feminicídio em 2025, alta de 34% ante 2024, quando houve 5.150 vítimas. Foram 4.755 tentativas e 2.149 assassinatos, totalizando 5,89 mulheres mortas por dia no país, aponta o Relatório Anual de Feminicídios no Brasil, do Laboratório de Estudos de Feminicídios da Universidade Estadual de Londrina (Lesfem).

Dados de estados

O levantamento supera em 38,8%, ou seja, em mais de 600, o número de vítimas de feminicídio divulgados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). Os dados que constam no sistema são informados pelos estados.

Subnotificação

Segundo a última atualização, no mês passado, foram 1.548 mulheres mortas por feminicídio em 2025. A pesquisadora do Lesfem, Daiane Bertasso, integrante da equipe que elabora o relatório, explicou que a subnotificação dos casos de violência contra a mulher se reflete nessa diferença entre os dados.



Proposta para o CNJ ainda vai passar pelo Senado Federal

Câmara aprova criação de 240 cargos para o CNJ

Foi autorizado ainda reajuste para o Ministério Público Federal

Redação

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5.490/2025, que cria 240 cargos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Do total, 120 serão efetivos e 120 comissionados. A proposta é de autoria do próprio CNJ e foi relatada pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).

Segundo o texto, serão instituídos 50 cargos de analista judiciário e 70 de técnico judiciário. Entre os comissionados, 100 funções serão de nível FC-6 e 20 de nível CJ-3.

A criação e o provimento dos cargos dependerão da autorização da Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada exercício.

O cronograma prevê:

- 2026: 10 analistas, 15 técnicos, 10 cargos CJ-3 e 50 funções FC-6
- 2027: 15 analistas, 25 técnicos e 25 funções FC-6
- 2028: 25 analistas, 30 técnicos, 10 cargos CJ-3 e 25 funções FC-6

Justificativa

O conselho argumenta que a medida busca fortalecer sua atuação institucional e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. O órgão cita estudo realizado em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), entre 2020 e 2022, que apontou déficit de 105 servidores públicos.

O CNJ afirma ainda que o projeto não aumentará as despesas totais, já que os impactos serão absorvidos pela correção anual dos limites orçamentários e pela redução de outras despesas primárias sujeitas ao regime fiscal.

Com a aprovação na Câmara, o texto segue para análise do Senado Federal. Caso seja aprovado, dependerá da sanção presidencial para entrar em vigor.

Ministério Público

Um projeto que concede reajuste aos servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) também foi aprovado pela Câmara dos Deputados. O aumento será de 8% ao ano em 2026, 2027 e 2028. O impacto que consta no Orçamento de 2026 é de R\$ 200 milhões neste ano. Agora, o texto segue para o Senado.

O relatório afirma ainda que a proposta apresentou estimativas para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 e que o órgão permanece abaixo do limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além do reajuste salarial, a proposta altera a nomenclatura dos servidores responsáveis pela segurança institucional do MPU, que passam a ser denominados “Inspetores e Agentes de Polícia Institucional”. Segundo o parecer, essa mudança “não promove impacto fiscal”, por não criar cargos nem novas despesas.